



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CMA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Eduardo Fortunato Bim, Presidente do IBAMA, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a gestão dos equipamentos adquiridos pelo IBAMA e dos imóveis sem serventia de propriedade do órgão, indicados no Relatório da Controladoria Geral da União - CGU de 2018.

JUSTIFICAÇÃO

O mau uso de equipamentos adquiridos pelo IBAMA, como também o elevado número de imóveis sem serventia, pertencentes ao patrimônio do Instituto, são problemas crônicos que se arrastam por várias administrações. Relatório da Controladoria Geral da União - CGU, publicado em 2018, revelou que, dos 355 imóveis no país, pertencentes ao Instituto, 40% deles encontravam-se abandonados e em péssimo estado de conservação. Muitos desses imóveis sem uso localizam-se na capital federal. A lista inclui casas, apartamentos e até mansões.

Essa situação vem sendo denunciada pela imprensa há tempos. O programa Bom Dia Brasil, da Rede Globo, tratou do assunto em 04/02/2014. A reportagem baseou-se, também, em uma auditoria da CGU, mostrou a existência de mais de 100 imóveis abandonados e chamou a atenção para o fato de o mesmo órgão pagar aluguéis de alto valor para executar parte de suas atividades.

Transcorridos 6 anos, o mesmo programa da emissora voltou a tratar do assunto e, para assombro da sociedade, observou que a situação só se agravou. Além do enorme prejuízo causado ao erário público, a má gestão dos imóveis tem



acarretado problemas para a saúde pública. Muitos desses imóveis abandonados se tornaram foco de propagação de mosquitos causadores de doenças como a dengue.

A forma como o Instituto vem gerindo grande parte de seus imóveis é uma prova contundente do desrespeito, no mínimo, ao princípio da eficiência, de acordo com o art. 37 da Constituição Federal.

É urgente, portanto, que o Senado Federal apure como vem sendo feita a gestão desses imóveis e avalie os planos do órgão para a solução desse caso.

Sala da Comissão, 17 de fevereiro de 2020.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)
Senador

